

NESTA EDIÇÃO

Propagandas de cigarro

Malefícios do fumo são camuflados pela publicidade

'Farmácias-mercearias'

Resolução da Anvisa busca recuperar perfil das farmácias que empresários desfiguraram

RADIS

comunicação em saúde

DESDE 1982

Nº 91 ♦ Março de 2010

Av. Brasil, 4.036/515, Manguinhos
Rio de Janeiro, RJ ♦ 21040-361

www.ensp.fiocruz.br/radis



Mala Direta
Postal

9912233515/2009-DR/RJ
FIOCRUZ

...CORREIOS...



Debates,
embates e
mobilização
marcam os dois
eventos, que
tiveram como
saldo maior o
exercício da
democracia

Conferência Nacional de Saúde Ambiental

Conferência Nacional de Comunicação

Nuvem de fumaça

Exposição mostra como a publicidade escondeu os malefícios do cigarro

Depois de quase uma década de proibição da propaganda de tabaco na mídia brasileira e da repercussão causada pela aprovação de leis que limitam o fumo em espaços coletivos fechados em vários estados do país, as imagens que compõem a exposição *Propagandas de cigarro – Como a indústria do fumo enganou as pessoas* nem parecem reais. São reproduções de 63 peças publicitárias que haviam sido veiculadas em TVs e impressos dos Estados Unidos entre 1920 e 1950 e que mostram como a indústria tabagista usou a propaganda para criar “uma nuvem de fumaça” e esconder os efeitos nocivos do cigarro.

A exposição, que passou por São Paulo e Rio de Janeiro e que em março está em cartaz em Brasília, dá uma ideia de estratégias utilizadas pela indústria para neutralizar temores do público sobre os malefícios do hábito de fumar e aumentar o número de novos fumantes, num período em que não havia legislação sobre o assunto. Nos anúncios, selecionados e organizados por Robert K. Jackler e Robert N. Proctor, professores da universidade americana de Stanford, valia tudo para vender.

Alguns associavam o cigarro a situações de harmonia familiar e datas festivas, outros se apoiavam em pesquisas pseudo-científicas. As campanhas também se valeram do prestígio de celebridades do cinema e do esporte para *glamourizar* a prática de fumar e da credibilidade de profissionais da saúde para comprovar a segurança do cigarro, indicando-o até para aliviar crises de asma. A exposição alerta: “Como se viu, a indústria do tabaco não vendia só cigarros. Vendia mentiras”.



Fôlego e charme

“Eu queria um sabor encorpado que combinasse com minha garganta”, anunciava a atriz Joan Crawford, que, como Frank Sinatra, James Stuart e outras celebridades faziam do cigarro símbolo de status. A indústria do tabaco investiu também nos ídolos dos esportes. Atletas garantiam não perder o fôlego graças a suas “tragadas suaves”.

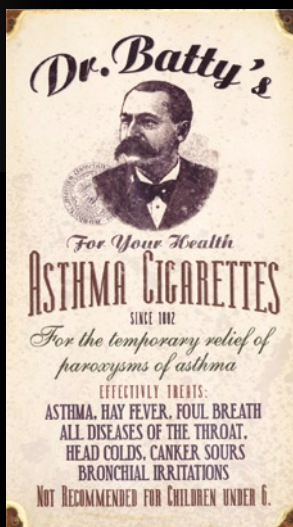


Quase da família

“Pode apostar que meu pai fuma Marlboro. Ele sabe o que é bom!”, avisa um bebê simpático. Utilizar a imagem de crianças e festividades, como casamentos e aniversários, naturalizava o ato de fumar em família e seduzia novos usuários.

Mais saúde

Cigarros prometiam até saúde: evitavam o cansaço, melhoravam a irritação na garganta e a digestão, não deixavam engordar, acalmavam os nervos e estimulavam o ânimo. Melhoravam até crises de asma, embora não fossem “recomendados para menores de seis anos”.



Pseudociência

“Dê férias à sua garganta. Fume um cigarro refrescante”, recomendavam os médicos. As propagandas usaram o prestígio da medicina junto aos pacientes e patrocinaram “institutos de pesquisa”, cujos métodos duvidosos comprovavam resultados do interesse da indústria como verdades científicas.

Veja mais: <http://tobacco.stanford.edu> (em inglês) e no site do Radis (www.ensp.fiocruz.br/radis/91/web-01.html)
Saiba mais: www.inca.gov.br/tabagismo/

Melhor com democracia

Parte das emissoras de rádio e TV insiste em interpretar liberdade de expressão como a liberdade para empresas de comunicação fazerem o que quiserem, de acordo com seus interesses econômicos. É um ilusionismo montado para sabotar, ao mesmo tempo, a liberdade individual de expressão, a liberdade necessária ao exercício profissional do jornalismo, o direito individual e coletivo à comunicação e à informação, assim como o democrático e constitucional controle social sobre poder público e empresas que lidam com qualquer bem público, como é o caso da comunicação.

Para sustentar a ficção de tratar interesses comerciais como se fossem direitos essenciais humanos, essas corporações atacam justamente as deliberações dos mais democráticos processos de expressão de opinião, como as recentes conferências nacionais das mais diversas áreas — saúde, cultura, direitos humanos — e a Constituinte de 1988. Debates em duas conferências realizadas em dezembro — de Saúde Ambiental e de Comunicação — voltaram a botar o dedo na óbvia ferida: não existe democracia com meia dúzia de conglomerados controlando a informação a serviço do capital. Estes importantes eventos negligenciados pela cobertura da mídia focaram ainda outros temas relevantes, que trazemos nesta edição.

Reunida pela primeira vez, a Conferência Nacional de Saúde Ambiental envolveu cerca de 60 mil pessoas em 285 municípios de todos os estados para fazer o que faltou na 15ª Conferência do Clima convocada pela ONU em Copenhague (*Radis 90*): discutir e deliberar sobre os temas e estratégias que podem tornar a vida e os territórios mais

saudáveis e sustentáveis. Integração de políticas públicas, investimento em educação e mudança dos paradigmas do desenvolvimento econômico e social em cidades, florestas, campo e litoral foram algumas das teses aprovadas e encaminhadas ao governo para orientar ações e novos marcos legais.

Igualmente em primeira edição, a Conferência Nacional de Comunicação foi um alvo e tanto para os argumentos alquímicos da mídia comercial. Em raras e curtas matérias e longos e ferozes editoriais, esse tipo de imprensa deixou de informar o que acontecia, enquanto rotulava a participação e o controle social — tão sonhados e valorizados no campo da saúde — como uma “censura” à comunicação. Em 200 conferências municipais e 26 estaduais emergiram nada menos que 6 mil propostas. Com mais de 80% dos votos, 601 foram aprovadas já nos grupos de trabalho. Em votações disputadíssimas, 64 passaram pela plenária final, como a criação do Conselho Nacional de Comunicação, a garantia de pluralidade de conteúdo, a proibição da sublocação de espaços na grade de programação, a redução da participação estrangeira e a proibição de monopólios e oligopólios nos meios de comunicação.

No final, uma cena incomum. Lideranças da sociedade e do poder público comemoravam. No mesmo espaço, os empresários que se submeteram democraticamente à discussão pública da comunicação (40% do total de 1.584 delegados) também celebravam eufóricos a inclusão de inúmeras de suas prioridades na agenda da comunicação brasileira.

Rogério Lannes Rocha
Coordenador do Programa RADIS



Comunicação e Saúde

- ♦ Nuvem de fumaça 2

Editorial

- ♦ Melhor com democracia 3

Cartum

- 3

Cartas

- 4

Súmula

- 5



Radis adverte

- 5

Toques da Redação

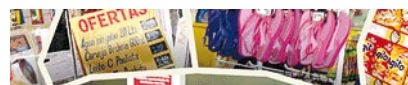
- 6

1ª Conferência Nacional de Saúde Ambiental

- ♦ Qualidade de vida na cidade, no campo e na floresta 8

1ª Conferência Nacional de Comunicação

- ♦ Vitória do jogo democrático 14
- ♦ Agenda única, interesses diversos 16
- ♦ Protestos e disputas na plenária final 18



Assistência farmacêutica

- ♦ Farmácia pode vender tudo? 20

Serviço

- 22

Pós-Tudo

- ♦ “O Brasil precisa acordar para a prevenção” 23

CARTUM



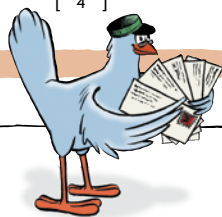
A PARTIR DE JOHN TENNIEL

AD.

Capa Aristides Dutra (A.D.)

Foto da capa Rogério Lannes

Ilustrações Aristides Dutra e Rosângela Pizzolati (R.P.)



CARTAS

SAÚDE VETERINÁRIA



Gostaria de parabenizá-los pela excelente matéria enfocando a participação do médico veterinário na saúde pública, realizada durante o III Congresso Nacional de Saúde Pública Veterinária (*Radis*, 90). Quem diria que uma proposta tirada de uma reunião informal, entre mim e o Robson Bruniera, mestrandos de Epidemiologia em Saúde Pública da Ensp/Fiocruz, com o Rogério Lannes e o Adriano De Lavor, em um final de manhã, na sede da *Radis*, resul-

taria em uma matéria de capa, da que considero a melhor revista de saúde pública do país. Nós, médicos veterinários que trabalhamos com saúde pública, ficamos muito felizes com este presente da *Radis*, pois há tempos temos buscado esclarecer a sociedade em geral, e particularmente os demais profissionais de saúde e gestores, sobre nossa importância dentro do SUS. Sabemos que muitos ainda desconhecem nosso papel e, reconhecendo isso, a revista nos presentearia com tal matéria, que, pelos seus milhares de exemplares gratuitos a serem distribuídos, levará essa informação aos quatro cantos do nosso país. E isso só aumenta o nosso compromisso e responsabilidade com a saúde pública brasileira. A Medicina Veterinária agradece. Parabéns, *Radis*.

♦ David Soeiro, médico veterinário, mestrando em Epidemiologia em Saúde Pública/Ensp/Fiocruz, Rio de Janeiro

DÉFICIT DE ATENÇÃO

Parabéns à revista pela excelente publicação sobre TDAH (*Radis*, 88), que para mim mina toda a família,

pois o sonho de todos os pais é ver seus filhos bem sucedidos, e, com esse transtorno, o que se vê é uma criança fracassada, isolada socialmente...

Publiquem mais sobre o assunto, pois nem todos os pais o conhecem, e, assim, pensam que seus filhos são preguiçosos ou que não estudam porque não querem...

O SUS deveria atender esses clientes nas unidades básicas de saúde e ambulatórios hospitalares, já que é grande o número de pessoas com tal dificuldade.

Alguns clientes necessitam ser medicados, porém, nem todos, quando há apoio psicológico, da terapia ocupacional, da fono, enfim, de uma equipe multidisciplinar...

♦ Ana Maria Ferreira Assunção, Rio de Janeiro

EDIÇÕES ANTERIORES

Quero parabenizar a equipe da *Radis*, pois a revista entra a cada dia com mais informação e nos ajuda a adquirir conhecimento. Gostaria de saber se posso receber alguma edição anterior.

♦ Shelida Silva Sousa, Picos, PI

▣ A *Radis* agradece e informa que a coleção completa da revista está disponível para leitura e livre impressão no site www.ensp.fiocruz.br/radis.

EXPEDIENTE



RADIS é uma publicação impressa e online da Fundação Oswaldo Cruz, editada pelo Programa RADIS (Reunião, Análise e Difusão de Informação sobre Saúde), da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (Ensp).

Periodicidade mensal
Tiragem 65.000 exemplares
Assinatura grátis

(sujeita à ampliação do cadastro)

Presidente da Fiocruz Paulo Gadelha
Diretor da Ensp Antônio Ivo de Carvalho

PROGRAMA RADIS

Coordenação Rogério Lannes Rocha
Subcoordenação Justa Helena Franco
Edição Eliane Bardanachvili (Milênio)
Reportagem Katia Machado (subedição/
Milênio), Adriano De Lavor, Bruno Dominguez (Milênio) e Lucas Sakalem (estágio supervisionado)

Arte Aristides Dutra (subedição/
Milênio), Natalia Calzavara e Rosângela Pizzolati (estágio supervisionado)

Documentação Jorge Ricardo Pereira, Laís Tavares e Sandra Benigno



Ministério
da Saúde



Secretaria e Administração Onésimo Gouvêa, Fábio Lucas e Cristiane Abrantes

Informática Osvaldo José Filho

Endereço

Av. Brasil, 4.036, sala 515 – Manguinhos
Rio de Janeiro / RJ • CEP 21040-361

Fale conosco (para assinatura, sugestões e críticas)

Tel. (21) 3882-9118 • Fax (21) 3882-9119
E-mail radis@ensp.fiocruz.br

Site www.ensp.fiocruz.br/radis (confira também a resenha semanal *Radis* na Rede e o *Exclusivo para web*, que complementam a edição impressa)

Impressão Ediouro Gráfica e Editora SA

Ouvidoria Fiocruz • Telefax (21) 3885-1762
Site www.fiocruz.br/ouvidoria

USO DA INFORMAÇÃO • O conteúdo da revista *Radis* pode ser livremente reproduzido, desde que acompanhado dos créditos. Solicitamos aos veículos que reproduzirem ou citarem nossas publicações que enviem exemplar, referências ou URL.

ASSINATURA

Através de minha professora de Saúde Coletiva tomei conhecimento da revista. É importante que saibam que fiquei muito interessada na assinatura, pois ler é muito importante, e principalmente pelo conteúdo da revista! Aguardo ansiosa por boas notícias!

♦ Viviane Freitas Andrade, Aracaju

▣ Assim que seus dados chegarem à *Radis* e for ampliado o cadastro, a revista passará a ser entregue no endereço indicado. ▣

NORMAS PARA CORRESPONDÊNCIA

A *Radis* solicita que a correspondência dos leitores para publicação (carta, e-mail ou fax) contenha nome, endereço e telefone. Por questão de espaço, o texto pode ser resumido.

SÚMULA

ALIMENTAÇÃO AGORA É DIREITO SOCIAL



Foi aprovada (3/2) em segundo turno, pelo plenário da Câmara dos Deputados, a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 047/2003, que inclui a alimentação entre os direitos sociais da Constituição Federal. Até então, a Constituição previa como direitos sociais (artigo 6º) a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, e a assistência aos desamparados. Foram 376 votos favoráveis, nenhum contrário e duas abstenções. A proposta, de autoria do senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), havia sido aprovada em primeiro turno no início de novembro. De acordo com o presidente do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea), Renato S. Maluf, a aprovação torna a alimentação questão de Estado e não política de um ou outro governo. Renato Maluf também destacou a importância da medida para a construção do Sisan, o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. “A ação de Estado se traduz em políticas públicas que devem se concretizar na implementação do Sisan na formulação da Política e do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN)”, enfatizou.

NOVAS VACINAS NA REDE PÚBLICA

Duas novas vacinas serão incluídas no calendário básico de vacinação da rede pública de saúde, informou o Ministério da Saúde: a primeira, pneumocócica 10-valente, começa a ser oferecida em março e protege contra a bactéria pneumococo, causadora de meningites e pneumonias pneumocócicas, sinusite, inflamação no ouvido e bacteremia; a segunda, a antimeningococo C, será aplicada a partir de agosto e imuniza

contra a doença meningocócica. Ambas serão adquiridas de laboratórios nacionais. A pneumocócica, do Laboratório Bio-Manguinhos/Fiocruz, que realizará as etapas finais da produção da vacina por conta de acordo de transferência de tecnologia, de agosto de 2009, com o laboratório britânico GlaxoSmithKline (GSK). Em 2017, data do fim do processo de transferência, Bio-Manguinhos fará todas as etapas de produção. Já a antimeningococo C será comprada da Fundação Ezequiel Dias (Funed), em Minas Gerais, que firmou acordo de transferência com a companhia farmacêutica suíça Novartis. O pneumococo é a segundo maior causador de meningites bacterianas no Brasil, segundo o Ministério da Saúde.

MAIS PESQUISA CIENTÍFICA NO BRASIL

A produção científica brasileira superou a da Rússia, caminha para ultrapassar a da Índia e para, assim, se posicionar como a segunda maior entre os BRICs (grupo de países formado por Brasil, Rússia, Índia e China). O levantamento, feito pela agência Thomson Reuters, que indexa artigos científicos em 10,5 mil revistas em todo o mundo, há 18 anos, acompanhou a produção científica nos quatro países, com base na análise dessas publicações, informou a *BBC Brasil* (27/1). A pesquisa revelou que a produção brasileira subiu de 3.665 artigos publicados entre 1990 e 2008, para 30.021. Já a russa “manteve-se estável” – 27.603 artigos em 1990 e 27.605 em 2008.

Em 2007, os gastos com pesquisa e desenvolvimento no Brasil chegaram a quase 1% do PIB, “acima dos outros países latino-americanos”. De acordo com a análise, para cada mil trabalhadores brasileiros, há 0,92 pesquisador, índice inferior à média dos países do G7 – de 6 a 8 pesquisadores por mil trabalhadores, mas “semelhante à de outros países em desenvolvimento”, como a China. Durante os 18 anos analisados, o Brasil formou cerca de 10 mil novos pesquisadores doutores.

GRANDES COMPRAS E MAIS ECONOMIA EM MEDICAMENTOS PARA AIDS

O Ministério da Saúde reduziu em quase 12% os gastos com compras de medicamentos para tratamento de aids, o que equivale a economia de R\$ 118 milhões. Segundo a diretora do Departamento de Doenças Sexualmente Transmissíveis, Aids e Hepatites Virais do Ministério da Saúde, Mariângela Simão, a redução se deve às grandes compras do governo para abastecer todo o país e aos esforços para a quebra de patentes, que possibilitaram a produção nacional dos medicamentos ou a importação do genérico, colaborando para a queda no custo dos contratos com os laboratórios. O ministério adquire 32 tipos de remédios – 13 nacionais e nove estrangeiros. Os últimos absorvem 72% do orçamento para as compras, que é de aproximadamente R\$ 1 bilhão. Segundo a diretora, em 2008, depois da pressão do ministério e de organizações da sociedade civil, não foi reconhecida a patente do antirretroviral tenofovir, que faz parte

An advertisement for Radis Adverte. The background is a vibrant purple. At the top, the text "Radis Adverte" is written in a stylized, glowing orange font. Below this, three black rectangular boxes with yellow text contain the message: "O PRECONCEITO É A MAIOR BARREIRA PARA A INSERÇÃO SOCIAL E O ACESSO AOS SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO E SAÚDE DAS TRAVESTIS." To the right of the text is a graphic of a high-heeled shoe with a rainbow-colored, feathered wing extending from the heel. On the far right edge, there is a vertical credit line: "A PARTIR DE CAMPANHA DO MINISTÉRIO DA SAÚDE".

do tratamento de aids e da hepatite B crônica. Assim, o preço do comprimido caiu de R\$ 5,08 para R\$ 3,50 – gerando economia de R\$ 47,4 milhões. Mariângela Simão informou ainda que, com a diminuição dos gastos, o ministério deseja ampliar a oferta de remédios mais caros para pacientes resistentes às drogas atuais. Hoje, 191 mil pessoas estão em tratamento contra aids (*Agência Brasil*, 27/1).

ALERTA CONTRA O BISFENOL A

A Food and Drug Administration (FDA), agência americana que controla remédios e alimentos, lançou alerta contra o bisfenol A (BPA), usado há quase 50 anos para fabricar garrafas de plástico duro, revestimento de embalagens alimentícias e latas de bebida, e anunciou investimento de US\$ 30 milhões para descobrir se a substância pode causar câncer, doenças cardíacas e alterações hormonais, noticiou *O Globo* (19/1). Em 2008, a FDA havia considerado o BPA livre de riscos. Apesar de não usada em alimentos a substância pode contaminá-los. “O BPA está no papel laminado com que embalamos um pedaço de carne. Também o encontramos em grandes quantidades nos rios. O peixe o ingere e, depois, comemos o mesmo peixe”, disse ao *Globo* o toxicologista da Universidade Federal Fluminense Luiz Quirino.

EMAGRECIMENTO DE RISCO



A Agência Europeia de Medicamentos publicou comunicado informando que médicos deveriam parar de receitar a sibutramina, utilizada há cerca de 10 anos para emagrecer e vendida com os nomes Reductil, Reduxade, Zelim e Meridia, informou *O Estado de S. Paulo* (26/1). A FDA americana também se manifestou: afirmou que a substância aumenta riscos de enfarte e derrame em pessoas que sofrem de problemas cardíacos, solicitando ao laboratório fabricante do medicamento, Abbot, intensificar o alerta sobre os riscos. No Brasil, a Anvisa



LIBERDADE DE EXPRESSÃO E DIREITOS DA POPULAÇÃO

— Fontes Fidedignas vem observando que os representantes dos grandes veículos de comunicação não perdem tempo em estabelecer uma confusão entre

divulgou (27/1) alerta semelhante ao da Agência Europeia, afirmando que executará, por meio da Câmara Técnica de Medicamentos, “nova avaliação do estudo” que aponta os riscos da sibutramina, para investigar os “níveis de segurança do medicamento em pacientes com perfis distintos dos já estudados” (*Correio Brasileiro*, 28/1). Segundo a Agência Estado (27/1), o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor enviou (26/1) carta à Anvisa solicitando a retirada da droga do mercado brasileiro, sob a alegação de que “as características da população à qual o medicamento é destinado tornam a situação mais séria, posto que a obesidade é fator de aumento de risco de doenças cardiovasculares”.

LEUCEMIA EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES

A leucemia é o tipo de câncer que mais atinge pessoas com até 18 anos, correspondendo a 29% de todas as doenças que afetam essa faixa etária, segundo pesquisa do Inca, divulgada no jornal *O Dia* (28/1). A pesquisa revela ainda que os mais afetados – 31% – são crianças de 1 a 4 anos. Foram levantados números de casos de sobrevida e mortalidade dos 12 tipos de câncer frequentes

defesa dos direitos da população e ameaça à liberdade de expressão. Depois do ataque às propostas tiradas na 1ª Conferência Nacional de Comunicação (ver pág. 8) e às diretrizes do 3º Plano Nacional dos Direitos Humanos do Governo Federal (*Radis* 90), o alvo dirigiu-se ao Texto Base da 2ª Conferência Nacional de Cultura (2ª CNC), que se realiza em março. Jornais como *O Globo*, *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo* lançaram seus protestos ao seguinte trecho do texto: “A produção, difusão e acesso às informações são requisitos básicos para o exercício das liberdades civis, políticas, econômicas, sociais e culturais. O monopólio dos meios de comunicação (mídias) representa uma ameaça à democracia e aos direitos humanos, principalmente no Brasil, onde a televisão e o rádio são os equipamentos de produção e distribuição de bens simbólicos mais disseminados, e por isso cumprem função relevante na vida cultural”.

A Associação Brasileira de Emisoras de Rádio e TV (Abert) declarou, em nota oficial, que “o Texto Base da 2ª CNC representa uma ameaça à liberdade de expressão”. *O Estado de S. Paulo* publicou (19/1) editorial

em crianças e adolescentes. O segundo que mais atinge a faixa etária é o linfoma, com 15,5%. Tumores do sistema nervoso central seguem em terceiro, com 13,4%. Após um ano de idade até a adolescência, o câncer é a primeira causa de mortes por doença. No entanto, cerca de 70% das crianças afetadas podem ser curadas.

PRODUÇÃO DE NEURÔNIOS ‘IN VITRO’

Cientistas americanos criaram técnica para transformar células da pele diretamente em neurônios, o que permitiria produzir neurônios *in vitro* em grandes quantidades para o tratamento de lesões e doenças que afetam o sistema nervoso, informou *O Estado de S. Paulo* (28/1). As novas células – nomeadas *neurônios induzidos* (iN, em inglês) – formaram sinapses e transmitiram impulsos elétricos *in vitro*, indicio de que são células funcionais. “Podemos dizer que nossas células são qualitativamente equivalentes a neurônios verdadeiros”, disse o pesquisador Thomas Vierbuchen, da Universidade Stanford, que realizou os experimentos. Ainda não houve experiências com

dizendo que “vem aí mais um ataque à liberdade de informação e de opinião, preparado não por *skinheads* ou outros grupos de arruaceiros, mas por bandos igualmente antidemocráticos, patrocinados e coordenados pelo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva”. Já em matéria publicada (17/1) pelo *O Globo*, a jornalista Martha Beck escreveu que “o governo agora prepara uma investida para estabelecer o ‘controle social’ dos meios de comunicação”.

O que os jornais não informam a seus leitores é que o controle social da Comunicação está previsto na Constituição Federal de 1988, como noticiou o Coletivo Intervezes (www.intervezes.org.br). O artigo 220, parágrafo 3º, fala em “estabelecer os meios legais que garantam à pessoa e à família a possibilidade de se defenderem de programas ou programações de rádio e televisão que contrariem o disposto no art. 221, bem como da propaganda de produtos, práticas e serviços que possam ser nocivos à saúde e ao meio ambiente”. O condenado texto base da 2ª CNC recorre explicitamente à Constituição: “Tão necessário quanto reatar o vínculo entre cultura e educação é integrar as

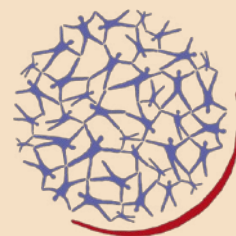
políticas culturais e de comunicação. Nesse sentido, os fóruns de cultura e de comunicação devem unir-se na luta pela regulamentação dos artigos da CF/88 relativos ao tema. Entre eles o que obriga as emissoras de rádio e televisão a adaptar sua programação ao princípio da regionalização da produção cultural, artística e jornalística, bem como o que estabelece a preferência que deve ser dada às finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas, à promoção da cultura nacional e regional e à produção independente (art. 221). Da mesma forma, cabe regulamentar o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal de rádio e TV (art. 223)”.

De posse de todas essas informações, Fontes Fidedignas concorda com a análise do Intervezes, segundo a qual liberdade de expressão não pode se confundir com carta branca para violações de direitos humanos. E faz coro com João Brant, integrante do coletivo, que escreveu o artigo *A grande mídia unida contra a democracia*, para o Observatório do Direito à Comunicação, no qual observa que “o comportamento não é novidade, embora o tom raivoso e histérico nunca

deixe de assustar. Parte dos meios de comunicação não aceita nenhum tipo de medida que possa diminuir o poder absoluto exercido hoje por eles. Regras que em outros países democráticos são entendidas como condições mínimas para o exercício democrático, aqui são tratadas como ameaças à liberdade de expressão. A grita esconde, na verdade, a defesa de interesses corporativos, em que a liberdade de imprensa se transforma em liberdade de empresa”.

SEGURIDADE: EVENTO EM DEZEMBRO

— Após o fechamento da *Radis* nº 90, foi definida uma nova data para a 1ª Conferência Mundial sobre o Desenvolvimento de Sistemas Universais de Seguridade Social (pág. 17), inicialmente programada para março. Os organizadores informam que o evento ocorrerá de 1 a 5 de dezembro de 2010. A *Radis* dará mais informações aos leitores nas próximas edições.



animais e a técnica só foi testada em células de camundongos.

Durante o processo, os pesquisadores identificaram três genes capazes de transformar a pele diretamente em neurônio, sem passar pelo estágio embrionário. Os genes utilizados no processo são conhecidos como fatores de transcrição, que controlam a atividade de vários outros genes. A transformação teve 20% de sucesso e durou cerca de seis dias.

Sobre a descoberta, o biólogo brasileiro Stevens Rehen, com pós-doutorado em Neurociências pela Universidade da Califórnia em San Diego, comentou em coluna publicada em *O Estado de S. Paulo* (28/1) que o trabalho da Universidade Stanford “tem tudo para se tornar um novo divisor de águas nas pesquisas sobre terapia celular”. O que parecia impossível se torna realidade: transformar células da pele em neurônios, células altamente especializadas que armazenam consciência e pensamentos. Rehen observou que, “levando em consideração que o processo de conversão é eficiente e rápido”, não ficará surpreso se, muito em breve, surgirem bancos para armazenamento de pele. “O lema poderá ser: seu cérebro novo por um punhado de pele”.

CONCLUSÃO DO ENSINO MÉDIO INCERTA



Apenas 5% dos alunos da rede pública estadual do Rio de Janeiro têm certeza de que vão concluir o Ensino Médio. É o que informa a pesquisa *O Aluno do Ensino Médio Público Estadual – Percepções, Hábitos e Expectativas*, realizada entre 2008 e 2009 pelo Instituto Mapear e divulgada pela Secretaria de Estado de Educação (*O Dia*, 18/1). De acordo com os dados, cerca de 20% dos estudantes “interromperam os estudos em algum momento por impedimento, como trabalho ou gestação”. Além disso, 15% das meninas são mães e 8% dos rapazes, pais.

RENDA FAMILIAR E ACESSO À ESCOLA

A renda familiar tem influência direta no acesso da criança à escola. A conclusão é da pesquisa realizada pelo Movimento Todos Pela Educação, que reúne representantes da sociedade civil organizada e da iniciativa privada, educadores e gestores públicos de educação (*Agência Brasil*, 9/12). De acordo com a análise, em 2008, 90,4% das crianças e dos jovens brasileiros entre 4 e 17 anos estavam na escola: em famílias de baixa renda, esse percentual diminuiu. Entre aquelas que sobrevivem de serviços temporários ou doações, a taxa de atendimento é de 81%. Já entre as famílias com renda mensal de cinco salários mínimos ou mais, 97% frequentam a escola. A pesquisa revelou também que o país não atingiu a meta de acesso para 2008, que previa que 91,9% da população nessa faixa etária estaria na escola. O percentual verificado foi de 90,4%. Para 2022, a meta é chegar a 98%.

SÚMULA é produzida a partir do acompanhamento crítico do que é divulgado na mídia impressa e eletrônica.

1ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE AMBIENTAL



Cacique Carcará:
pelos índios desaldeados



Noemi: alerta
contra o monocultivo



Benjamin: saneamento
básico nos municípios

FOTOS: ROGÉRIO LANNES

Qualidade de vida na cidade, no campo e na floresta

Evento concorrido reúne 1.107 delegados, que, mobilizados, discutem práticas de produção e de consumo sustentáveis em prol de uma política pública integrada de saúde e meio ambiente

Katia Machado

As relações entre produção e consumo, seus impactos na saúde e no ambiente e a estruturação de territórios sustentáveis nas cidades, no campo e nas florestas deram a tônica à 1ª Conferência Nacional de Saúde Ambiental (CNSA), realizada entre 9 e 12 de dezembro de 2009, em Brasília. O encontro, coordenado pelos ministérios da Saúde, do Meio Ambiente e das Cidades, reuniu durante quatro dias cerca de 1.500 pessoas, entre delegados, convidados e observadores. Dos delegados (1.107), que tinham voz e voto, 31% representavam os movimen-

tos sociais da cidade, do campo e da floresta, 15% de trabalhadores formais e informais de associações, sindicatos, federações e confederações de trabalhadores e centrais sindicais, 9% de entidades profissionais, acadêmicas e de pesquisa, 10% de organizações não-governamentais, 10% do poder público estadual e 16% do municipal. Sistematizada e organizadamente, propuseram 24 diretrizes e 48 ações estratégicas que servirão para subsidiar a construção de uma política integrada para a redução de riscos à saúde, pela melhoria das condições de vida da população, bem como pela diminuição dos danos ao meio ambiente. Ou seja, para a construção da primeira Política Nacional de Saúde Ambiental.



Para discutir *A saúde ambiental na cidade, no campo e na floresta: construindo cidadania, qualidade de vida e territórios sustentáveis*, o evento foi dividido em seis temas: Processos produtivos e consumo sustentável; Infraestrutura; Articulação interinstitucional, ações integradas e controle social; Territórios sustentáveis, planejamento e gestão integrada; Educação, informação, comunicação e produção de conhecimento; e Marco regulatório e fiscalização. Cada um dos itens foi tomado como prioritário com base em três eixos temáticos – Desenvolvimento e sustentabilidade sócio-ambiental no campo, na cidade e na floresta; Trabalho, ambiente e saúde: desafios dos processos de produção e consumo nos territórios; e Democracia, educação, saúde e ambiente: políticas para a construção de territórios sustentáveis. “Até a Região Costeira que não estava no temário geral teve voz”, observou Ary Miranda, pesquisador do Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana (Cesteh/Ensp/Fiocruz) e integrante da Comissão Organizadora da 1ª CNSA, representando a Abrasco, em relação à abrangência do evento, indicada no tema geral.

O primeiro encontro a tratar simultaneamente de campo, cidade e floresta mobilizou direta e indiretamente mais de 60 mil pessoas, envolvidas em 285 conferências municipais, 151 regionais ou microrregionais, 26 estaduais e uma distrital. “Foi uma conferência concorrida”, considerou Ary. Na avaliação de Guilherme Franco Netto, coordenador geral da 1ª CNSA e diretor de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador do Ministério da Saúde, a determinação e a coragem dos delegados de todo o Brasil tornaram possível a realização da conferência, fruto de um processo de discussão sobre meio ambiente que teve início na Rio 92 (como ficou conhecida a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, realizada entre 3 e 14 de junho de 1992, no Rio de Janeiro). “Esse encontro havia sido proposto nas últimas conferências de Saúde (novembro de 2007), das Cidades (novembro de 2007) e Meio Ambiente (maio de 2008)”, lembrou Ary. Em 2008, o Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador da Secretaria



Na plenária final, destaque para o fortalecimento do controle social das políticas de saúde ambiental

de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde (SVS/MS) e o Grupo de Trabalho de Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador da Abrasco deram início às discussões e, em 2009, definiu-se o temário e a organização da 1ª CNSA.

EXPECTATIVAS DOS DELEGADOS

As grandes questões relacionadas à saúde do ambiente e do homem estavam na ponta da língua dos delegados. O debate sobre modelos de desenvolvimento e sustentabilidade foi pauta de reivindicações de Noemi Margarida Krefta, integrante do Movimento das Mulheres Camponesas, de Santa Catarina. “Se não discutirmos a questão, teremos propostas incompletas”, salientou, já no primeiro dia do evento. Para ela, matas nativas destruídas e substituídas por monocultivos nada têm a ver com sustentabilidade. Ela defendeu a produção de alimentos sem agrotóxicos e a redução dos transgênicos. “Agrotóxicos trazem reflexos para a saúde do homem e do ambiente. E nada sabemos sobre os transgênicos, somente que o Brasil é um dos maiores produtores de soja dessa forma”, alertou.

No grupo de trabalho de que participou, sob o tema *Processos produtivos e consumo sustentável*, defendeu ferozmente a agricultura familiar. “São os agricultores familiares que preservaram as terras que temos hoje”, disse ao apoiar a proposta de pagamento por serviços ambientais a todos os proprietários rurais da agricultura familiar e urbanos que respeitarem nascentes e áreas de preservação permanente.

O vice-prefeito de Entre Rios, na Bahia, Benjamin de Almeida Mendes,

delegado do setor empresarial, revelou que sua maior expectativa era que a conferência apontasse uma saída competente para os municípios no que diz respeito ao saneamento básico. “Que se faça cumprir a Lei 11.445 (de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico)”, exigiu. Já o delegado e trabalhador da Defesa Civil do Distrito Federal, João Milton dos Santos, reclamou da ausência da Secretaria Nacional da Defesa Civil na conferência, ressaltando que o setor lida diretamente com as populações em risco devido à degradação do meio ambiente, e defendeu a preservação da Amazônia: “Não deixem os estrangeiros desmatar a Amazônia e acabar com nosso bioma”. O tema estava também na pauta do delegado Raimundo Lopes Costa, do Acre, que disse esperar que a conferência apontasse ações importantes e concretas para a saúde ambiental do país. “É preciso priorizar a região Amazônica, que concentra 60% do território brasileiro, onde estão as populações mais vulneráveis e isoladas, como as indígenas e ribeirinhas”, salientou.

Na noite de abertura da conferência, o clima era de tensão. A solenidade programada, que contaria com a presença dos três ministros – José Gomes Temporão (Saúde), Carlos Minc (Meio Ambiente) e Marcio Fortes (Cidades) – fora cancelada: a maioria dos delegados chegou no dia 8 e até o início da tarde do dia 9 estavam desalojados, sem hotel. Segundo a assessoria do evento, a Corregedoria Geral da União (CGU) havia questionado o contrato firmado com a empresa responsável pelo pagamento da hotelaria, logística



sob responsabilidade do Ministério das Cidades. No dia 9, os participantes foram aos poucos sendo acomodados nas cidades satélites de Brasília, como Gama, Luziânia e Itaguatinga, pois os hotéis do Distrito Federal estavam lotados – a transferência para o DF ocorreria apenas no dia 10. “Representantes de 15 estados dormiram no chão do aeroporto. Desconforto principalmente para cadeirantes e mulheres”, relatou o delegado de Santa Catarina, Valmor Mattei, acrescentando que muitas pessoas que estavam hospedadas em Gama, devido à distância, chegaram a abandonar a conferência. De fato, os delegados mostravam-se revoltados com o transtorno, mas não desistiram do encontro. “Fomos massacrados no aeroporto, chamados de baderneiros pela polícia do Distrito Federal”, reclamou Manoel de Jesus Ferreira, de São Luiz.

Organizados e mobilizados, os delegados deixaram para trás os contratemplos e participaram de todo o processo de debate e votação das propostas. “Apesar da falta de organização, acho que vamos conseguir votar tudo o que é necessário”, disse Júlio Cezar Vidal dos Santos, de Cantagalo, no Rio de Janeiro. Na avaliação de Ary Miranda, a mobilização e o compromisso dos delegados permitiram que bons resultados fossem alcançados. “Os participantes foram para a 1ª CNSA com a firme intenção de realizá-la”, disse.

Na conferência magna, ocorrida na manhã do dia 10, compartilhada por três palestrantes, o sociólogo e assessor dos Movimentos Sociais Ivo Poletto tratou da saúde das populações ameaçadas no planeta. Ele destacou a necessidade de se olhar diferentemente para os sete biomas brasileiros (Amazônia, Caatinga, Cerrado, Campos Sulinos, Sistema Costeiro, Pantanal e Mata Atlântica), para que se possa propor adequadamente uma política que integre meio ambiente e saúde. “A saúde na Amazônia é diferente da do Pantanal no Rio Grande do Sul, da Caatinga do semiárido do Nordeste, que é diferente do Cerrado do Centro-Oeste”, orientou. “Certamente não são necessárias apenas medidas sanitárias, mas uma série de outras capazes de recompor o equilíbrio de cada um desses ambientes”, ressaltou.

A delegada Raimunda da Silva, representante do Movimento das Quebradeiras de Coco de Tocantins, foi a segunda a falar para uma plateia se-



Nas camisetas, a expressão das causas defendidas pelos participantes



dentada pelo debate. Desde 1978, quando chegou no município de São Miguel (TO), deu início à luta pela preservação das matas de babaçu e do Cerrado, onde, segundo ela, estão as ervas medicinais. “Estão acabando com o Cerrado para plantar soja”, reclamou. “Nós tocantinenses estamos sofrendo com o desequilíbrio. Quem mora na Região Amazônica está sem água para beber”, destacou. Para ela, não é a tecnologia que resolverá o problema, “mas sim a consciência de todo o mundo”.

SANEAMENTO É SAÚDE

A conferência foi encerrada pelo professor do Departamento de Engenharia Sanitária e Ambiental da Universidade Federal de Minas Gerais Leo Heller, que tratou de saneamento básico, um dos temas que estiveram no centro da pauta da conferência. Saneamento, ensinou, engloba abastecimento de água, esgoto, manejo de lixo e das águas da chuva e drenagem urbana e de vetores. O tema é problemático nas áreas rurais como também nas periferias das cidades, continuou. “Há 12 milhões de pessoas sem água na zona urbana e 22 milhões, na rural; 40 milhões de pessoas nas cidades sem sistemas de esgoto; baixa proporção de esgotos tratados; coleta de lixo precária; e catadores de lixo nos locais de destino final”, citou. A falta de saneamento básico adequado, concluiu, afeta principalmente as pessoas pobres. “Se melhoramos o saneamento, melhoramos a expectativa de vida e reduzimos a mortalidade infantil”, orientou. Além disso, acrescentou, traz economia para o país: “Se investirmos R\$ 1,00 em

saneamento, podemos economizar R\$ 40,00, dizem alguns estudos”.

A tarde do dia 10 foi reservada à leitura e aprovação do regulamento da conferência, antes programada para o dia anterior. Ainda agitados pelos desencontros da véspera, os delegados substituíram por duas vezes a coordenação dos trabalhos. À medida que o regulamento foi sendo aprovado, os ânimos se acalmaram.

Por decisão da maioria da plenária, às 16h50, o trabalho foi interrompido com a chegada do ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, para uma breve abertura oficial. De pé no palco, usando colete com símbolo do Ministério do Meio Ambiente, ele explicou que estava vestido assim por ter acabado de participar de um “trabalho de campo” – a destruição de 32 focos de carbono em matas nativas do Cerrado, em Brasília. Muitos delegados, também de pé, se juntaram em frente ao palco para assistir a um discurso efusivo.

O ministro iniciou com saudações à iniciativa de juntar numa mesma conferência Saúde, Meio Ambiente e Cidade. “Que essa conferência alcance o sucesso que muitas pessoas gostariam que não ocorresse”, disse sob fortes aplausos. Ele afirmou que o que pessoas decidissem no encontro seria respeitado e as resoluções, cumpridas: “Estamos tendo aqui uma oportunidade ímpar de mudar a história da saúde do trabalhador e de melhorar nosso ambiente”, ressaltou, observando que o encontro “é um marco em defesa da saúde”.





Ivo (E) propôs que se leve em conta a diversidade de biomas para uma política eficaz, enquanto Leo lembrou que investir em saneamento básico gera economia



Para Ary, formato enxuto da conferência favoreceu foco nos temas principais

FOTO: ARISTIDES DUTRA



Minc lançou dois compromissos do governo para o meio ambiente

Em seguida, Minc chamou ao palco para homenagens parte de uma lista de pessoas que fizeram história na luta pela saúde dos trabalhadores. Entre eles, Fernanda Giannasi, que se destacou no combate ao uso do amianto e pela saúde do trabalhador, o representante da Fiocruz Hermano Castro, que atua na luta contra o uso de mercúrio e de agrotóxicos e que, segundo o ministro, acabou com os jatos de areia na indústria naval, e o ex-presidente do Sindicato dos Médicos do Rio de Janeiro, Luiz Tenório, um dos responsáveis pela promulgação da lei contra a Lesão por Esforço Repetitivo (LER).

Minc prosseguiu seu discurso falando sobre a 15ª Conferência das Partes da Convenção Marco das Nações Unidas sobre Mudança Climática (COP-15), realizada em Copenhague (7 a 19/12/09, ver *Radis* 90): “Estamos atravessando a maior crise por conta da usura daqueles que querem muito. Nós não chegaremos de cabeça baixa em Copenhague”, ressaltou ao informar que viajaria no dia seguinte (11/12) para participar do encontro que reuniu 192 países para discutir medidas de redução do aquecimento global. “Chegaremos de cabeça erguida para enfrentar o criminoso ambiental que acha que vai transformar a Amazônia em pasto e carvão”, avisou à plateia. E aproveitou a oportunidade para lançar os dois compromissos do Governo Federal para as áreas de saneamento e da qualidade do ar, e apresentando-os para aperfeiçoamento. “Vocês vão poder discutir, modificar e aprovar

as propostas contidas nos documentos”, anunciou.

O *Compromisso pelo Meio Ambiente, Saúde e Saneamento Básico* foi o primeiro a ser apresentado pelo ministro. Prevê que, num espaço de dez anos, até 2020, o Brasil aumente em 80% o volume dos esgotos tratados no país e em 45% o total da população atendida com coleta de esgoto. Nesse mesmo período, deverá dobrar o investimento em tratamento e coleta de esgoto sanitário. O compromisso brasileiro é ponto de partida para a construção coletiva do Plano Nacional de Saneamento (Planab).

QUALIDADE DO AR

O *Compromisso Pela Qualidade do Ar e Saúde Ambiental* vai propiciar reflexões sobre o assunto com vistas à construção do Plano Nacional de Qualidade do Ar (PNQA), que tem por objetivo integrar políticas públicas e reduzir as concentrações de contaminantes na atmosfera para assegurar a melhoria da qualidade do ar e a proteção à saúde, compatibilizando metas de qualidade do ar e desenvolvimento econômico.

O dia 11 foi reservado aos grupos de trabalho que deveriam elege, de cada tema debatido, quatro diretrizes e duas ações estratégicas a elas relacionadas, a serem encaminhadas à plenária final, sem poder alterar a proposta ou suprimi-la. Os delegados trabalharam em um universo de 56 diretrizes e 234 ações estratégicas sistematizadas a partir dos debates promovidos nas etapas municipais, regionais, estaduais e distrital (referen-

te aos debates no Distrito Federal). Na plenária final, as regras seriam as mesmas – quatro diretrizes e suas duas respectivas ações estratégicas. Na avaliação de Abílio Tozini, do Rio de Janeiro, o trabalho de grupo compensou as dificuldades iniciais. Sua maior expectativa era a mudança de modelo de consumo, comentado por Minc em seu discurso.

Muitos participantes elogiaram o processo de debate. Para a jangadeira Izabel Cristina Chagas, delegada de Alagoas, apesar do tumulto inicial, o formato permitiu a conclusão da conferência com sucesso. Presidente da Associação de Maricultoras de Rio e Mar (AL), ela observou que “os grupos de trabalho estavam também conscientes da necessidade de se discutir a saúde ambiental”.

De acordo com Ary Miranda, o modelo adotado na CNSA fez com que a conferência não se perdesse num mar de questões e permitiu que fossem examinados os principais temas relativos à saúde ambiental. “Nós discutimos alguns problemas quanto à metodologia de debates ocorridos em outras conferências, como na 12ª CNS, em que não se conseguiu concluir o relatório, ou na 13ª CNS, em que, apesar da conclusão, se fechou um relatório muito extenso, que dificilmente consegue ser apropriado pela sociedade”, explicou. “De forma enxuta e sistematizada, a metodologia possibilitou que as propostas aprovadas possam objetivamente orientar políticas públicas e a sociedade consiga controlar as ações governamentais”.





Hermano, Raimunda, Paulo e Izabel: delegados tratam de saúde do trabalhador, preservação do Cerrado e defesa das populações vulneráveis



Na opinião de Paulo Babalorixá de Logunedé, de Minas Gerais, representando as religiões africanas, a 1ª CNSA conseguiu reunir todas as propostas debatidas nas instâncias municipais. “Estamos ainda no início, mas no caminho certo”, avaliou. Ao lado, o cacique Edson Carcará Urú Arachás, também de Minas Gerais, discordou. “A conferência não atendeu as minhas expectativas”, disse. Representando o povo Katu-Awân/Arachás, o presidente do Movimento Indígena Desaldeado do Triângulo Mineiro reclamou que as propostas levantadas nas conferências municipais em defesa dos índios desaldeados acabaram eliminadas na nacional. “As propostas foram tão resumidas que acabaram desaparecendo as mais caras para os índios desaldeados”, ressaltou.

NOS GRUPOS DE TRABALHO

Dez grupos – dois foram cancelados por falta de quórum – se reuniram em salas montadas com divisórias feitas com material reciclado de embalagens *tetra pak*. Os temas 1 (Processos produtivos e consumo sustentável), 3 (Articulação interinstitucional, ações integradas e controle social), 4 (Territórios sustentáveis, planejamento e gestão integrada) e 5 (Educação, informação, comunicação e produção de conhecimento) preencheram duas salas, cada um; e os temas 2 (Infraestrutura) e 6 (Marco regulatório e fiscalização), uma sala, cada. Com capacidade para 100 pessoas, cada sala recebeu em média 60 pessoas.



Na sala que discutiu as propostas referentes aos processos produtivos e consumo sustentável, o debate centrou-se na proteção à saúde do trabalhador no que diz respeito aos riscos da exposição a agrotóxicos no campo, amianto na construção civil e benzeno em postos de gasolina, às queimadas e, ainda, à morte por exaustão nas áreas rurais, entre outros temas. Delegados representantes de todos os municípios e de estados brasileiros reivindicaram uma forma de garantia de incentivos ao desenvolvimento de tecnologias e práticas de produção e consumo éticos e sustentáveis para agricultura familiar, aquicultura e pesca, ecoturismo, extrativismo sustentável, artesanato e economia solidária.

Nos debates da sala Pau-Brasil, acompanhados integralmente pela *Radis*, 57 delegados defenderam a reforma agrária como forma de fortalecer a agricultura familiar orgânica e agroecológica. Eles reivindicaram garantia de áreas agrícolas para essas atividades, acompanhadas de assistência técnica, extensão rural e melhoria da qualidade de vida. Os representantes acreditavam que a fórmula propicia a diminuição do êxodo rural e incentiva a diversidade de produção nas comunidades agrícolas. A diretriz que tratou do tema (nº 5) foi a segunda mais votada pelo grupo. “Os grandes conglomerados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná estão assolando os pequenos agricultores”, denunciou Luiz Gonzaga Melo, de Santa Catarina, em defesa da diretriz. “É preciso garantir que o jovem agricultor mantenha-se na terra”, acrescentou ao informar que os agricultores fami-

liares são constantemente assediados pelos donos do agronegócio. A proposta também fora efusivamente defendida na plenária final, dia 12 – eleita em segundo lugar. “Queremos o Brasil nas mãos dos brasileiros e não dos estrangeiros que fazem do nosso país monocultura de soja, cana e algodão”, votou Melo na plenária final.

A diretriz mais votada na sala Pau-Brasil (nº 8) tratou de fortalecimento da política e efetivação das ações de saúde do trabalhador para a eliminação da exposição dos trabalhadores aos riscos ambientais. A proposta foi a quarta mais votada na plenária final. A defesa da mudança no modelo de desenvolvimento econômico para promoção da qualidade de vida e preservação do meio ambiente (diretriz nº 9) foi a terceira diretriz mais votada na sala e a primeira na plenária final. “Isso mostra que a plenária está madura”, avaliou Hermano de Castro, da Fiocruz.

De acordo com observação de Ary Miranda, a reforma agrária como também a mudança de modelo de desenvolvimento e a ideia de sustentabilidade estiveram na pauta de todos os delegados que trataram do tema 1. “A necessidade de avanço da reforma agrária foi explicitada por todos os participantes”, disse. Incluir o tema na agenda governamental faz-se de fato urgente, avaliou. Segundo o pesquisador, 1/3 de terras aradas no mundo está erodida. Ele elogiou o destaque dado nesse debate às políticas que contemplam a saúde do trabalhador.



No cerne do debate sobre infra-estrutura esteve a defesa de uma política pública de resíduos sólidos locais e regionais, com gerenciamento integrado. Na pauta de reivindicações estavam coleta seletiva, destinação adequada, implantação de usina de processamento de resíduos urbanos e rurais, política de combate a acidentes com produtos perigosos, reciclagem e estudo de viabilidade com recuperação dos antigos lixões de modo participativo e com controle social. Na diretriz que tratou do assunto (nº 9, tema 2), participantes pediram a criação, a implantação e a implementação de consórcios intermunicipais para o tratamento e destinação adequada dos resíduos e de programas de gestão integrada de resíduos sólidos, visando sua diminuição. A proposta foi a mais votada na plenária final.

HABITAÇÃO SAUDÁVEL

Foi também feita a defesa da universalização do saneamento básico e ambiental nas áreas urbanas, núcleos rurais e comunidades indígenas, quilombolas com proteção dos recursos naturais e na ampliação e garantia de acesso universal à água de qualidade. "Ficou clara a carência de saneamento básico no Brasil", disse. Segundo o pesquisador do Cesteh, 82% das populações que vivem nas cidades enfrentam fragi-


lidades no abastecimento de água, esgoto, coleta de lixo, etc. "A conferência mostrou preocupação com o conceito de habitação saudável", acrescentou.

Os grupos de trabalho e a plenária final destacaram ainda o fortalecimento do controle social sobre as políticas de saúde ambiental, reivindicado como forma de intervir e deliberar sobre políticas públicas, planejamento e gestão, ampliando a fiscalização no cumprimento das decisões legais de saúde ambiental e sobre as agressões ao meio ambiente. No tema que tratou de controle social, eles propuseram o estabelecimento de políticas de saúde ambiental nas três esferas de governo, com ações integradas e efetivo controle social para o desenvolvimento sustentável, para a definição de metas e cumprimento das diretrizes do Estatuto das Cidades, do Plano Diretor, do SUS e da Agenda 21. "Isso mostrou a necessidade de se trabalhar inter e intradisciplinarmente", ressaltou Ary. "Não é o SUS o único a promover e proteger a saúde das pessoas. É preciso todos esses órgãos integrados", defendeu Juliana Ribeiro Rodrigues, do Rio de Janeiro, na plenária final.

Para Ary, mereceram também elogios as propostas aprovadas pelos delegados que trataram da ampliação de políticas públicas no que tange à posse de terra, ao desenvolvimento de tecnologias e à preservação dos bio-

mas. "A biodiversidade esteve muito presente no debate sobre territórios sustentáveis, planejamento e gestão integrada", analisou. No tema que tratou de educação, informação, comunicação e produção de conhecimento, o enfoque foi o fortalecimento das pesquisas em saúde ambiental. "Esse foi um dado importante", avaliou Ary. Segundo ele, nos anos 80 e 90, projetos e programas de estudos em meio ambiente não chegavam a 1%.

Já no tema que tratou de marco regulatório e fiscalização um importante debate foi travado quanto à necessidade de fiscalização dos processos produtivos que incluem substâncias nocivas à saúde do trabalhador e das populações, a exemplo dos agrotóxicos. "Sem regulação e fiscalização seremos uma China", destacou.

Para Ary, o passo seguinte é fazer com que as diretrizes e ações saiam do papel para a prática. "Todas as propostas ainda estão vivas", comentou. Em sua avaliação, os movimentos sociais são capazes de se apropriar de todo o debate promovido e colocar suas necessidades na agenda do governo. "É preciso aproveitar este ano, quando passaremos por um novo processo eleitoral, de mudança na Presidência da República, para desde já colocar todas as propostas na agenda dos candidatos", salientou. 

Delegados e organizadores elogiam conferência

Balço da 1ª CNSA promovido pelo Canal Saúde/Fiocruz (29/1) não deixou dúvidas: o evento foi bem-sucedido. "Todos se sentiram verdadeiramente parte do debate", avaliou Maria Thereza Teixeira, integrante da equipe técnica e de apoio da etapa nacional, que participou do programa *Sala de Convidados*, com Hermano de Castro, coordenador do Centro de Estudos de Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana (Cesteh/Ensp/Fiocruz), o relator Cícero Goes Júnior e Marta Sinoti, da comissão organizadora, representando o Conselho das Cidades.

Hermano de Castro ressaltou a importância que os participantes deram à fixação do homem no campo — "mas para isso é preciso ter reforma agrária" — e elogiou a proposta que tratou da proteção à saúde do trabalhador contra os riscos de exposição a

agrotóxicos e ao amianto, entre outras substâncias nocivas. "O banimento do amianto é uma prioridade para o país", ressaltou. Ao contrário de países europeus onde a produção e consumo do produto foram proibidos, o Brasil, além de usar e produzir, exporta para países ainda mais vulneráveis.

Para o relator Cícero Goes Júnior, a conferência acertou em frisar a importância de sustentabilidade na agricultura, segundo ele, um assunto de todos. "A Amazônia é responsável por 30% a 40% da umidade do país e, por isso, é fundamental para a agricultura e para a segurança alimentar, e se continuarmos a destruí-la, faltará água até para o grande produtor", salientou. Já na avaliação de Marta Sinoti, ficou clara a importância dada ao saneamento básico. "A falta de saneamento é talvez uma das maiores violações do direito do cidadão no

Brasil", observou.

Os quatro convidados do Canal Saúde deram destaque especial ao tema educação, informação, comunicação e produção de conhecimento. "A Política de Educação Ambiental já completou 10 anos e uma das diretrizes aprovadas na conferência vem fortalecê-la", disse Maria Thereza, considerando a escola "espaço privilegiado para tratar das questões de saúde ambiental". Para Hermano, o desafio é ampliar a informação e a comunicação na área ambiental. "A educação precisa se apropriar da comunicação para melhor informar a sociedade", observou. Para Marta, as diretrizes aprovadas nesse debate apontam para a necessidade de se tratar também no ambiente escolar do plano diretor e da Agenda 21, entre outros temas ligados à legislação ambiental.



1ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE COMUNICAÇÃO



FOTOS: ROGÉRIO LANNES

Vitória do jogo democrático

Reunidos em torno de temas polêmicos, delegados confrontam posições e legitimam conferência como espaço convergente de ideias

Adriano De Lavor e Bruno Dominguez

Foram quatro dias de discussões acaloradas e disputas acirradas em torno de temas polêmicos, como liberdade de expressão, democratização do acesso à internet, defesa dos movimentos sociais e a criação do Conselho Nacional de Comunicação. Os números são igualmente expressivos: 1.584 delegados, divididos em representações da sociedade civil, do

poder público e do empresariado, e 1.418 propostas, recolhidas em mais de 200 conferências municipais, 26 estaduais e uma distrital, além das livres e virtuais. Apesar dos atropelos em sua organização e do boicote de parte do empresariado do setor, a 1ª Conferência Nacional de Comunicação (Confecom), realizada de 14 a 17 de dezembro de 2009, em Brasília, legitimou-se como espaço convergente de ideias e reafirmou o compromisso da comunicação com a democracia.



No auditório quase lotado do Centro de Convenções Ulysses Guimarães, a agitação do público dava ideia de sua expectativa em torno da conferência. Uma hora antes do previsto para a abertura, grupos já se articulavam com palavras de ordem — “Comunicação sem discriminação”; “mordança, não”; “liberdade de expressão” — e distribuíam manifestos e propostas. A solenidade começou com uma hora de atraso, com o jornalista Celso Schröder, coordenador executivo do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) e vice-presidente da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), falando em nome da sociedade civil.

Ele criticou a postura de empresários que “sabotaram e desqualificaram” aquele espaço público — referindo-se à ausência de representantes da Associação Nacional de Jornais (ANJ), Associação Brasileira de Rádio e Televisão (Abert) e Associação Nacional de Editores de Revista (Aner) no evento — e defendeu que a conferência deveria romper o silêncio com que a mídia trata a própria mídia e “iniciar a retirada do véu de autolegitimação absoluta que encobre o sistema de comunicação brasileiro”.

Celso propôs ao governo a elaboração de políticas públicas que democratizem a comunicação no país, “permitindo acesso universal” e dando voz a cada brasileiro, contemplando a diversidade regional. Ele defendeu, ainda, a construção coletiva de “um ambiente regulado socialmente” e que “o povo brasileiro não pode ter mais um tutor ideológico lhe dizendo do que gostar e do que não gostar”. Para Celso, o país precisa “acabar com a criminalização dos movimentos sociais e das rádios comunitárias; modificar os índices de leitura de jornais; encontrar uma solução para a crise de financiamento do rádio e defender a liberdade de expressão, que só será garantida por leis constitucionalmente estabelecidas”.

A sindicalista Rosane Bertotti, secretária nacional de Comunicação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), destacou que a conferência é uma resposta do presidente Lula à organização dos movimentos sociais e criticou aqueles que acusaram o evento de cercear a liberdade de expressão: “A democracia está aqui. Não há democracia plena sem a democratização da comunicação”, afirmou.

O empresário Johnny Saad, presidente do Grupo Bandeirantes, cobrou liberdade de expressão e liberdade



Lula falou de tecnologia e agradeceu aos empresários que “não tiveram medo” de ir à conferência

comercial para a publicidade, além de diversidade e pluralidade nas TVs abertas, em um cenário no qual “uma única organização monopoliza o mercado”. A plateia respondeu: “O povo não é bobo, abaixo a Rede Globo”. Saad defendeu ainda a redução da carga tributária para a banda larga e manifestou apoio à proposta que prevê 50% da programação das TVs com produções nacionais. O foco, segundo ele, é a TV aberta, “que é grátis, frágil e baseada numa única receita: a publicidade”.

PRESIDENTE OVACIONADO

Já o ministro da Comunicação, Hélio Costa, quase foi impedido de falar, pelas vaias que recebeu. Ao destacar “a coragem do governo em convocar a conferência”, foi interrompido por um grupo de delegados, que gritavam: “apesar de você, Hélio Costa!”. O ministro também foi cortado pela plateia quando falava sobre o sistema brasileiro de TV digital. Os manifestantes gritavam: “Hélio Costa, que papelão! O empresário é teu patrão!” e “Democracia, não abro mão! Fora Hélio Costa da Comunicação!”

Os protestos somente cessaram quando o cerimonial anunciou a fala do presidente Lula, ovacionado pelo auditório. Ele lamentou a ausência de alguns atores no evento e agradeceu aos empresários “que não tiveram medo de vir à conferência”; enalteceu a comunicação como essencial para a democracia e para o exercício da cidadania e alertou para um dos grandes desafios da conferência: como usar e aproveitar as novas tecnologias em prol da democratização da informação e da comunicação? A

resposta, disse, “não pode ficar na mão de especialistas”.

Lula reconheceu que a legislação brasileira é ultrapassada e não acompanha as mudanças no cenário das comunicações, mas reafirmou seu compromisso com a liberdade de imprensa. “Democracia só existe e se fortalece com a imprensa livre. No Brasil, a imprensa opina, publica o que deseja”, disse o presidente, ressaltando que a liberdade favorece o aparecimento da verdade. Para ele, leitores, ouvintes e espectadores sabem discernir a informação que recebem: “Quem não lhes trata com respeito, acaba perdendo credibilidade. Não há melhor juiz para a imprensa do que a própria liberdade de imprensa”.

Lula defendeu o papel das novas tecnologias na democratização da comunicação e exortou o país para que usufrua delas em prol de seu desenvolvimento social. “A convergência de tecnologias deve ser um estímulo à socialização dos meios de comunicação e não à concentração”, observou. O presidente ressaltou que as novas tecnologias já mudaram a forma de se fazer jornalismo no país, antes ancorada em um modelo vertical de distribuição — com um núcleo ativo de produtores e uma massa passiva de receptores. “A internet fortaleceu redes horizontais, com troca de opiniões e sujeitos mais críticos e menos passivos”.

Cobrado pela plateia, Lula declarou que as rádios comunitárias são outro desafio a ser enfrentado, criticando políticos tradicionais que usam suas emissoras como se fossem do movimento comunitário. “A gente precisa agir para que elas possam atingir os reais interesses da comunidade”, conclamou.



Nos GTs, empresários e representantes da sociedade civil, lado a lado, disputaram espaço, buscando aprovar propostas de seus setores



Agenda única, interesses diversos

Nas atividades da 1ª Confecom, realizadas em 14 GTs nos quais se distribuíram os delegados do evento, nos dias 16 e 17 de dezembro, *sobrou* democracia, mas faltou organização. A contar pelo andamento dos trabalhos dos GTs 3 e 11, que a *Radis* acompanhou integralmente, ficou expressa a inexperiência dos organizadores do evento e de parte dos delegados em debates coletivos e a falta de clareza quanto aos procedimentos de uma conferência – o que se refletiu no andamento dos grupos de trabalho. Ao mesmo tempo, os embates travados realçaram a Confecom como um fórum em que se reuniram grupos que, até então, não se *misturavam*. Movimentos sociais, meio acadêmico, imprensa comunitária, empresários, entre outros, puderam apresentar suas posições – de forma bastante veemente, vale registrar – e trocar experiências, em um inédito exercício democrático.

As discussões do GT 3, que tratava da produção de conteúdo sob as dimensões de financiamento, competição, tributação, regulação e marco legal, atraíram especialmente representantes do empresariado, que tomaram o lado esquerdo da sala, enquanto a sociedade civil ficou à direita. Ao se

iniciarem os debates, ainda não havia a lista dos participantes – a checagem dos que estavam na sala só seria feita duas horas e meia depois.

Participaram o vice-presidente executivo do Grupo Bandeirantes e representante da Associação Brasileira de Radiodifusores (Abra), Walter Ceneviva, e herdeiros da Bandeirantes e da RedeTV. Levaram consigo funcionários, aos quais coube basicamente seguir os líderes nas votações. A *entourage* feriu a regra de paridade da conferência: dos 104 inscritos no grupo, 46 eram empresários, quando o máximo deveria ser 42. A contagem deu início a uma polêmica e representantes da sociedade e do poder público (que, pelo regulamento, tinha direito a 20 inscritos) defendiam a saída de quatro empresários, o que acabou não acontecendo.

A leitura das propostas teve início às 18h, a apenas uma hora do encerramento dos debates do dia. Com o pouco tempo disponível, foram aprovadas apenas sete das 89 propostas – aquelas que não haviam sido alvo de pedido de destaque –, deixando-se as demais para apreciação na manhã seguinte. As sete aprovadas inicialmente foram: financiamento público para programas de conteúdo sindical, fundos para difusão de linguagens que atendam à diversidade cultural brasileira, exibição de filmes

produzidos com recurso público em projetos sociais e unidades de ensino sem necessidade de pagamento de direitos autorais, criação do Plano Nacional de Cultura, políticas públicas de direitos autorais que permitam potencializar a produção, acesso e difusão da cultura, recursos públicos para produção em formatos adequados à acessibilidade e financiamento público à produção e divulgação de livre pesquisa acadêmica em comunicação. A divisão física da sala entre sociedade civil e empresários se provaria também uma divisão ideológica. Enquanto o primeiro grupo apoiava a produção independente e regional, o segundo se opunha.

As discussões mais quentes tratavam de cotas para programas educativos, culturais e religiosos, criação de conselhos e observatórios de comunicação e destinação de recursos para a produção independente ou regional. Como resumiu um representante do Movimento dos Sem Mídia (ONG fundada em 2007, em São Paulo), “o que está acontecendo aqui é que empresários se opõem a qualquer tipo de regulação, mas não podemos nos esquecer que os canais de rádio e televisão são concessões públicas”.

Os empresários defendiam seu posicionamento sempre da mesma maneira, alegando censura. “A criação



de conselhos inviabiliza a atuação das empresas”, opinou representante da Bandeirantes, para quem “é possível ganhar dinheiro respeitando os direitos humanos”. As discordâncias sucessivas esquentaram os ânimos na sala, a ponto de os delegados da sociedade civil votarem contra qualquer proposta defendida pelos empresários.

“As cores dos crachás mostram bem a situação da comunicação no Brasil: empresários no azul e sociedade no vermelho”, comentou um. “Isso aqui é mais difícil que vestibular de medicina”, comparou outro. Previsto para acabar ao meio-dia, o GT foi prorrogado até as 15h. Ainda assim, cerca de 40 propostas – a maioria do bloco sobre financiamento – não foram votadas.

MEDIDAS APROVADAS

Entre as poucas medidas aprovadas no próprio GT, isto é, que receberam mais de 80% dos votos (ver box, pág. 19), estiveram o pedido de regulamentação da profissão de jornalista, redução da carga tributária e mecanismos de financiamento a produtores de audiovisual.

No GT 11, que tratou dos temas democratização da comunicação, participação social e liberdade de expressão, a primeira rodada de discussões, na tarde do dia 16, começou com três horas de atraso: não havia lista impressa dos participantes e nomes definidos para coordenar os trabalhos. Candidataram-se para a tarefa José Roberto Souza Pinto, da TeleBrasil (representando os empresários), Carolina Albuquerque Silva, assessora da Secretaria Geral da Presidência da República (em nome do governo) e João Carlos Santini, da coordenação jurídica e de assuntos socioeconômicos da Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária (Abraço), pela sociedade civil.

Foi realizada uma primeira leitura das propostas, deixando-se para o dia seguinte a votação daquelas que receberiam destaque. Uma suspeita de não proporcionalidade entre os representantes, que favorecia o grupo da sociedade civil, acabou levando os trabalhos para a manhã seguinte.

No dia 17, após uma discussão gerada pela sugestão de um representante da sociedade civil de se condensarem doze diferentes propostas que tratavam de assegurar a institucionalização da Confecom, e depois de se constatar que, passada



A 1ª Confecom deu voz a representações de diversos setores da sociedade civil

uma hora de reunião, apenas uma proposta havia sido apreciada, Carolina Silva assumiu a mesa e os trabalhos foram retomados, com a promessa de se seguir à risca o regimento. Todas as proposições foram analisadas, graças à estratégia utilizada pelos segmentos de compilar as propostas que tratavam do mesmo assunto. No fim da manhã, cada um dos grupos havia eleito quatro grandes propostas prioritárias que seriam levadas à plenária final.

Os empresários elegeram como prioridade propostas que defendiam: democratização do acesso à internet

Esta última proposta, rejeitada em votação por ampla maioria dos outros dois setores, motivou os delegados do poder público a defender o contrário. Entre as prioridades do grupo, estava a defesa de que as informações de interesse público não podiam ser consideradas “interferências na programação”, já que são veiculadas em concessões públicas. Também defenderam a democratização do acesso à internet, mas com recursos privados.

Os representantes da sociedade civil incluíram em suas propostas a garantia da veiculação de inserções dos movimentos sociais nas emissoras de rádio e de TV, a exemplo do que já acontece com os partidos políticos; a criação do conselho de ética para jornalistas e de mecanismos capazes de denunciar e punir responsáveis pela produção e veiculação de materiais midiáticos que estimulem a criminalização dos movimentos sociais e populares. Ao contrário dos empresários, defenderam que os recursos do Fust fossem usados no apoio às redes locais, de caráter comunitário, pautados por um conselho gestor tripartite.

Houve consenso entre os três grupos na aprovação das propostas que definem a criação do Conselho Nacional de Comunicação, a institucionalização da Confecom (resgatando-se o espírito tripartite) e a instituição de ouvidorias nas concessionárias. Além disso, delegados concordaram quanto à importância do fomento a programas de formação em mídia para educadores e a um sistema nacional de comunicação com novo marco legal baseado na defesa dos direitos humanos e na pluralidade e diversidade de conteúdos, com garantia de pelo menos 30% do conteúdo para a programação independente.

As cores dos crachás mostram a situação da comunicação no Brasil: empresários no azul e sociedade no vermelho.

COMENTÁRIO DE DELEGADO EM UM DOS GTs

com financiamento público; ampliação da rede para a banda larga em regime privado, a exemplo do que acontece com a telefonia celular; utilização do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust) em políticas públicas executadas por prestadoras de serviço, e limitação da interferência do governo na programação das emissoras de radiodifusão.



Protestos e disputas na plenária final

A coordenação da mesa inicia a leitura das propostas já aprovadas nos grupos de trabalho, isto é, que receberam mais de 80% dos votos em seus GTs. Na plenária final, delegados claramente se dividem: sociedade civil no centro e à esquerda do auditório; empresários concentrados no lado direito. Cada item apresentado é comemorado. Diante da proposição que defendia a obrigatoriedade do diploma para jornalistas, um grupo se empolga: "STF não vale nada! Jornalista sem diploma é palhaçada".

Foram destinadas 64 propostas à plenária final. A votação começa às 19 horas, depois de uma explicação de como funcionaria o sistema eletrônico. Cada delegado recebera um dispositivo, semelhante a um controle remoto, onde deveria registrar a sua escolha. Apenas três propostas foram votadas, antes que protestos interrompessem o processo. O problema é que o sistema de apuração não exibia o número total de votos computados, apenas a porcentagem de aprovação ou rejeição da proposta.

Meia hora depois de ter começado, o consultor jurídico do Ministério das Comunicações e presidente da comissão organizadora nacional da Confecom, Marcelo Bechara, declarou que a votação

seria adiada para o dia seguinte, quando o sistema estaria apto a fornecer todas as informações. Os delegados protestaram.

Alegavam que não conseguiriam acompanhar a plenária até o fim, já que a maioria voltaria para casa cedo, no dia seguinte, em vôos marcados pelo Ministé-

ma. Estão sendo muito bem pagos por isso". Ela pedia garantia de que todos ficariam até o fim. Apesar do barulho, a mesa ignorou as reivindicações.

'TEMA SENSÍVEL'

No dia 17, a máquina de votação deixaria de ser o centro das preocupações. O destaque seria o *tema sensível*, brecha do regulamento que permitia aos segmentos declarar o tema de determinada proposta passível de ser aprovado com mais de 60% dos votos dos delegados, em vez dos mais de 50% regulares, e pelo menos um voto de cada um dos setores.

O mecanismo seria usado pela primeira vez pelos empresários, na proposta 425, que pedia o desmembramento das empresas de telecomunicações em detentoras de rede e prestadoras de serviços. A tentativa de impedir a aprovação funcionou: 51% dos delegados votaram a favor, não atingindo o mínimo de 60% para que o texto entrasse no relatório final. A partir daquele momento, esta seria a estratégia do segmento para barrar propostas contrárias aos seus interesses. "Funciona", ouviu-se dizer no lado direito do auditório, onde os empresários se concentraram.

Não, não, não
ao Pokémon!
Ê, ê, ê, Saci Pererê!

PLATEIA, EM
CORO, NA DEFESA
DA VEICULAÇÃO DE
DESENHOS ANIMADOS
NACIONAIS

rio das Comunicações. "Isso é estratégia para esvaziar a plenária", bradava Juliana Costa Dias, delegada de Salvador.

Para ela, o adiamento seria uma manobra para que as propostas defendidas pela sociedade civil não fossem aprovadas: "A maioria dos empresários pode modificar seus voos sem proble-



Clima de comemoração na plenária final, com delegados aplaudindo o êxito da conferência e a pertinência das propostas aprovadas





Jornalistas manifestam-se pela obrigatoriedade do diploma

Comunicação, que administra a TV Brasil —, representantes dos empresários subiram o tom.

“Parece que vocês não fazem parte da sociedade: são vocês que vão pagar a conta”, disse um; “Vocês estão sendo enganados e votando contra o interesse de vocês”, bradou outro, distanciando-se da lógica dos interesses coletivos que deve permear este

Logo no ponto seguinte, o 427 — que tratava do fortalecimento da Telebras —, o grupo alegou novamente tema sensível. Resultado: 54% votaram pela aprovação, índice insuficiente para aprová-la. Percebendo a manobra, representantes da sociedade sugeriram à mesa que coordenava os trabalhos uma cota para temas sensíveis. A sugestão foi negada.

BANDA LARGA

A resposta viria na proposta 430, que interessava aos empresários — falava em um plano nacional de banda larga com adesão do setor privado. Desta vez, foi a sociedade que pediu *tema sensível* e o texto acabou rejeitado, com 49% votando a favor. Para a delegada Roseli Goffman, do Conselho Federal de Psicologia, o fato de a sociedade recorrer ao mecanismo foi um equívoco: “A gente pode ganhar no voto, sem usar as mesmas armas”.

A tensão entre os dois segmentos envolveu, ainda, denúncia, por parte do jornalista da TV Record Rodrigo Vianna, de que o funcionário de uma empresa de comunicação fraudava a votação, controlando duas máquinas. Tinha como prova uma fotografia do ato. Pediu-se recontagem dos delegados, para evitar sobrerepresentação de um segmento. Walter Ceniviva, que liderava o empresariado, defendeu; a deputada federal Luiza Erundina, delegada do poder público, se opôs: “Foi muito difícil chegar até aqui, não vamos permitir que um caso isolado impeça a continuidade”. Decidiu-se seguir adiante sem recontar os participantes.


Em diversos outros momentos, a plenária final da Confecom daria mostras da dificuldade de se reunirem grupos com interesses diferentes para discutir uma agenda única. Em duas propostas que tratavam de tributação — uma pela redução de impostos para empresas e outra pela criação de fundo para a Empresa Brasil de

tipo de evento. Em outros momentos, foi a vez de a sociedade provocar. “Você aí parado, também é explorado”, gritavam delegados, referindo-se ao grande número de funcionários de empresas de comunicação que seguiam as ordens de poucos líderes.

Mas nem só com momentos tensos transcorreu a plenária. Na votação de proposta que pedia cotas para a veiculação de animação produzida nacionalmente, gritou-se em coro: “Não, não, não ao Pokémon” e “Ê, ê, ê, Saci Pererê”. Tema sensível, teve 53% de votos favoráveis e não foi aprovada.

A saúde foi tratada em apenas duas propostas. A 357, relativa à elaboração de uma política de comunicação social e informação em saúde do trabalhador, foi aprovada por unanimidade. A 3, pedindo que a cada propaganda de bebida alcoólica se exibisse campanha sobre os riscos do consumo de álcool, foi rejeitada por unanimidade.

A rejeição teve defesa da jornalista Márcia Correa e Castro, da superintendência do Canal Saúde (Fiocruz). Citando recomendação de conferências nacionais de saúde, Márcia ressaltou que não interessa ao setor qualquer tipo de contrapartida, e sim a proibição total da publicidade de bebida alcoólica. Seu papel na derrubada do texto foi questionado por assessores do governo, que chegaram a pedir nova votação, ignorando posição histórica dos profissionais de saúde em relação ao assunto.

Por volta das 17h, a plenária decidiu encerrar a votação, mesmo não cumprindo integralmente a pauta, em respeito aos delegados com voos de volta marcados para o fim daquela tarde. O clima no encerramento era de comemoração. Delegados de todos os segmentos festejavam a aprovação de propostas caras, provando que só perdeu quem não aceitou as regras do jogo democrático. 

OS NÚMEROS DA CONFECOM

200	conferências municipais
26	conferências estaduais
1	conferência distrital
6.101	propostas nas etapas estaduais
1.418	encaminhadas aos GTs
665	aprovadas na conferência
601	nos grupos de trabalho
64	na plenária final
1.584	delegados

O caminho das propostas

Coube à Fundação Getúlio Vargas sistematizar as 6.101 propostas apresentadas nas etapas estaduais da 1ª Confecom, separando-as em inéditas (que só apareceram uma vez), convergentes (apresentadas em mais de uma conferência), locais (cuja implantação depende de municípios ou estados) e prejudicadas (fora do tema ou eixo). Restaram 1.418, divididas entre os grupos de trabalho de acordo com seu tema.

Para serem aprovadas ou rejeitadas nos GTs, deveriam ter mais de 80% dos votos dos delegados. As que tivessem entre 30% e 80% dos votos seriam analisadas pela plenária final. Os segmentos ainda contavam com a possibilidade de apontar propostas prioritárias: sociedade e empresários tinham um limite de quatro por grupo de trabalho e o poder público, de duas.

Foram aprovadas 665 propostas, sendo 601 diretamente nos grupos de trabalho e 64 na plenária final. Entre as principais, estão a criação do Conselho Nacional de Comunicação, a garantia de pluralidade de conteúdo, a proibição de monopólios e oligopólios nos meios de comunicação, a proibição da sublocação de espaços na grade de programação e a redução da participação estrangeira nos meios de comunicação.

O relatório com as propostas aprovadas está disponível em www.confecom.com.br/propostas_aprovadas/.



Farmácia pode vender tudo?

Resolução da Anvisa busca acabar com as 'farmácias-mercearias' e empresários recorrem à Justiça e ao Legislativo para barrar mudança

Bruno Dominguez

Farmácias são estabelecimentos de saúde ou de conveniência? A questão tem colocado em lados opostos os donos de farmácia e os dirigentes, pesquisadores e demais profissionais da área de saúde, sobretudo os que vêm participando, nos últimos anos, das conferências nacionais do setor — incluindo-se aí, as de vigilância sanitária e de medicamentos. O processo para regular o comércio de medicamentos e a prestação de serviços nas farmácias, iniciado há três anos, resultou na Resolução RDC nº 44/09, das Boas Práticas Farmacêuticas, da Anvisa, que entrou em vigor no dia 18 de fevereiro, sob os protestos dos empresários.

Associados à Abrafarma, Febrafar e ABCFarma, que somam 66 mil das cerca de 70 mil farmácias do país, não têm cumprido a resolução, respaldados por liminares — em sua maioria, concedidas em primeira instância. Em estados como Minas Gerais, Roraima e Ceará foram aprovadas leis que barram as mudanças. No Ceará, especificamente, passaram-se apenas seis dias entre a apresentação de projeto para anular a resolução da Anvisa, na Assembleia Legislativa, e a sanção do pro-



ARTE: A. D. SOBRE FOTOS ANVISA E AGÊNCIA BRASIL

jeto pelo governador, Cid Gomes, em dezembro de 2009.

Adjunto do diretor-presidente da Anvisa, o farmacêutico Pedro Ivo Sebba Ramalho diz que há uma ofensiva do comércio varejista sobre a Justiça e as assembleias legislativas para protelar o cumprimento da RDC. “É uma afronta à legislação e à saúde pública, na medida em que atenta contra critérios sanitários definidos pelo Estado brasileiro”, critica. Em sua opinião, há um desvio de finalidade desses estabelecimentos, que veio se configurando nos anos 1980, com a vertiginosa expansão de farmácias pelo Brasil (*Radis* 29). Os empresários alegam que, para enfrentar a concorrência cada vez maior, apostaram na diversificação de produtos.

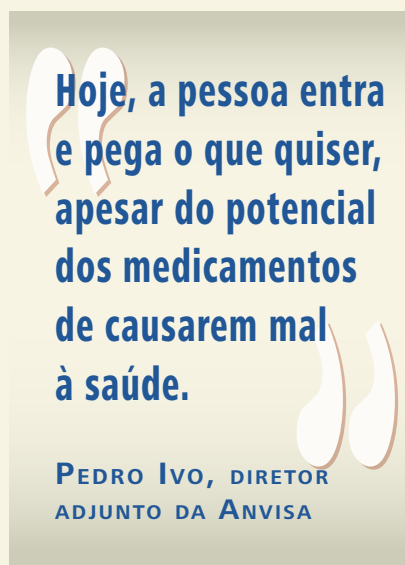
“Ao entrarmos em qualquer farmácia, temos a impressão de estar num mercadinho”, lamenta. A vigilância sanitária já encontrou carne, sorvete, refrigerante, biscoito e até bebida alcoólica e isqueiro nas prateleiras e gôndolas. “É mais fácil oferecerem itens sem relação com a saúde do que uma assistência farmacêutica qualificada”, diz ele. O presidente do Conselho Federal de Farmácia, Jaldo de Souza Santos, conta que em Belo Horizonte farmácia vende até trator. O problema, aponta, é que os medicamentos passam a ser vistos como qualquer outra mercadoria, ou seja, como se drogas pudessem ser consumidas livremente. “A automedicação tem impacto progressivo e ampliado na sociedade”.

A função social da farmácia é sanitária. A RDC 44 da Anvisa busca resgatar esse papel original: a oferta de produtos e a prestação de serviços diretamente relacionados com saúde e bem-estar. Instrução normativa da resolução restringe os artigos passíveis de venda nesses ambientes: medicamentos, plantas medicinais, cosméticos, produtos de higiene pessoal, mamadeiras, chupetas, bicos e protetores de mamilos, lixas, alicates, cortadores e palitos de unha, afastadores de cutícula, pentes, escovas, toucas para banho, brincos estéreis, essências florais, alimentos para dieta ou específicos para lactentes, crianças, gestantes e idosos, suplementos vitamínicos, chás, mel, própolis e geleia.

Uma segunda instrução normativa determina que mesmo os medicamentos isentos de prescrição médica não podem ficar ao alcance das mãos do consumidor: somente atrás do balcão. Assim, seria preciso pedir o produto ao farmacêutico, que orientaria quanto à administração correta e racional. “Hoje, a pessoa entra e pega o que quiser, apesar do potencial dos medicamentos de

causarem mal à saúde”, reclama Pedro Ivo. “Nenhum é isento de risco”. A Organização Mundial da Saúde define medicamento como produto para recuperação ou manutenção da saúde que requer orientação de uso pelo farmacêutico. “Numa gôndola, é uma mercadoria, não um medicamento”, observa Jaldo.

A RDC ainda prevê regras para a venda pela internet ou por telefone. As farmácias devem existir fisicamente,



estar abertas e ter farmacêutico de plantão para atendimento ao usuário. E traz o farmacêutico para a atenção primária, permitindo que afira temperatura corporal, pressão arterial e taxa de glicemia capilar, além de administrar medicamentos, prestar atenção domiciliar e colocar brincos.

VAREJO QUESTIONA LEGALIDADE

Presidente da Abrafarma, cujas três mil farmácias associadas comercializam 40% dos medicamentos do país, Sérgio Mena Barreto opina que as instruções normativas são ilegais. As associações de empresários do setor se apoiam numa interpretação da Lei nº 9.782, que criou a Anvisa, entendendo que a agência deve se basear nas leis existentes. No entanto, o texto em questão aponta como funções da Anvisa “estabelecer normas, propor, acompanhar e executar as políticas, as diretrizes e as ações de vigilância sanitária”.

Na opinião de Sérgio Mena Barreto, cabe ao Congresso a definição de regras para a atuação das farmácias. “Essa discussão está no lugar errado”. Questionar a competência normativa da Anvisa não é exatamente uma novi-


dade: indústria e comércio costumam recorrer à Justiça quando a agência publica resoluções que põem em risco seu lucro — como aconteceu na regulação da propaganda de medicamentos e de produtos para crianças (*Radis* 79).

A Anvisa se baseia na Lei nº 5.991/1973, que define farmácia como “estabelecimento de manipulação de fórmulas magistrais e oficinais, de comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos”, e drogaria como “estabelecimento de dispensação [distribuição] e comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos em suas embalagens originais”. Entre os correlatos, cita “aparelhos e acessórios, produtos utilizados para fins diagnósticos e analíticos, odontológicos, veterinários, de higiene pessoal ou de ambiente, cosméticos e perfumes” e “produtos dietéticos”.

A RDC avança ao apresentar uma lista completa do que pode ser vendido. “Os empresários vêm burlando não só a RDC 44, mas uma lei de três décadas”, comenta Pedro Ivo. O presidente da Abrafarma argumenta que a venda em farmácias do que chama de “produtos de conveniência” é uma tendência mundial. Já o representante da Anvisa diz que o Brasil importa o pior do modelo farmacêutico norte-americano: a parte da frente, em que se oferece todo tipo de produto, e não a parte de trás, com farmacêutico controlando a compra de medicamentos.

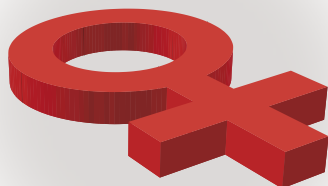
Sérgio também cita como justificativa os problemas de infraestrutura de muitas cidades brasileiras: 15 mil dos 60 mil pontos bancários do país ficam em farmácias; no Pará e no Piauí, o Bolsa-Família é distribuído nesses estabelecimentos. Perguntado se considera a farmácia um ambiente de saúde ou de comércio, Sérgio responde: “De saúde, mas que segue a estrutura do direito comercial”.

Sobre a passagem dos medicamentos para trás do balcão, admite que a medida traria mais segurança ao consumidor, visto que este receberia orientação do farmacêutico, mas ressalva que poderia aumentar a “empurroterapia” — tentativa de influenciar a escolha de determinada marca, a fim de obter vantagens financeiras.

O assunto será analisado pelo Supremo Tribunal Federal, onde já há uma ação de inconstitucionalidade para invalidar as liminares que autorizam as *farmácias-mercearias* a funcionarem. Enquanto isso, Pedro Ivo diz que a agência “não vai se furtrar ao direito e ao dever de garantir a segurança sanitária da população”. 

SERVIÇO

EVENTOS

8º CONGRESSO IBEROAMERICANO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E GÊNERO

A oitava edição do congresso tem como objetivo inserir, na discussão da ciência, tecnologia e gênero, a temática da educação científico-tecnológica, propondo a criação de políticas públicas que conduzam à participação mais efetiva e igualitária das mulheres na ciência e na tecnologia. Serão debatidos eixos como a participação das mulheres no campo científico-tecnológico das universidades e institutos de pesquisa dos países iberoamericanos e a participação paritária de cientistas homens e mulheres nos postos de decisão de órgãos de fomento à pesquisa, identificando os obstáculos que impedem hoje a equidade de gênero nestes postos, entre outros.

Data 5 a 9 de abril de 2010

Local Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba

Mais informações

Site www.conbran.com.br

PUBLICAÇÕES

REFORMA PSIQUIÁTRICA: EXPERIÊNCIAS EUROPEIAS

Reforma Psiquiátrica – as experiências francesa e italiana (Editora Fiocruz), de Izabel C. Frinche Passos,

do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, é parte da coleção *Loucura e Civilização*, que propõe a construção de novas formas sociais e técnicas no lidar com a loucura,

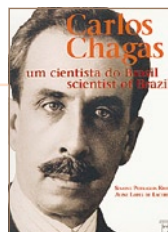


a doença mental e o sofrimento humano. O livro traz o processo da reforma psiquiátrica referenciado em duas experiências: a psicoterapia institucional francesa, que suscitou debates relevantes relacionados à nova clínica de atenção psicossocial; e a psiquiatria democrática italiana, que teve desdobramentos expressivos e inovadores em grande parte da Itália, expandindo-se para a Europa e outros lugares do mundo.

BIOGRAFIA DE CHAGAS

Carlos Chagas – um cientista do Brasil (Editora Fiocruz), organizado por Simone Petraglia Kropf e Aline Lopes de Lacerda, apresenta a trajetória biográfica do

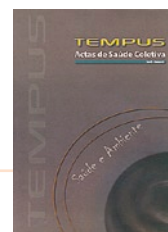
médico e sanitarista Carlos Chagas. Antigas fotografias – algumas delas utilizadas na série sobre Chagas da *Radis* (81 a 88) –, representações visuais, como charges, caricaturas e desenhos científicos, ilustram a história do pesquisador. As imagens são acompanhadas de documentos textuais e museológicos, além de matérias jornalísticas da época. Os capítulos abrangem a infância de Carlos Chagas, sua formação médica, campanhas realizadas, a descoberta da doença que leva seu nome, aspectos de sua vida pessoal, as atividades como professor, diretor do IOC e gestor da saúde pública federal e suas premiações e títulos conquistados ao longo da carreira.



SAÚDE COLETIVA

Tempus – Actas de Saúde Coletiva


(Núcleo de Estudos em Saúde Pública da Universidade de Brasília), Ano 3, Número 4 (2009) é o primeiro número especial da coleção sobre Saúde e Ambiente, organizada pelos professores doutores Fernando Ferreira Carneiro e Margarita Urdaneita. Esse número traz entrevista com a



Comissão Organizadora da 1ª Conferência Nacional de Saúde Ambiental e artigos como *Trabalho rural e condições de saúde das famílias do MST e dos boias-frias: o caso de Unai-MG, Impactos socioambientais na situação de saúde da população brasileira: estudo de indicadores relacionados ao saneamento ambiental inadequado e Agrotóxicos em hortaliças: segurança alimentar, riscos socioambientais e políticas públicas para promoção da saúde*. Para ler a revista online, acessar www.tempusactas.unb.br.

Ciência & Saúde Coletiva (Abrasco),

volume 14, número 6 (dezembro de 2009), divulga artigos sobre pesquisa, debates e revisões sistemáticas na

área de Saúde Coletiva. O tema da edição é *Saúde ambiental e territórios sustentáveis*. São 25 artigos, entre eles, *Avaliação dos fatores de risco relacionados à exposição ao chumbo em crianças e adolescentes do Rio de Janeiro, Saúde ambiental e saúde do trabalhador na atenção primária à saúde, no SUS: oportunidades e desafios, Educação em biossegurança e bioética: articulação necessária em biotecnologia e A coincidência de resíduos em fornos de cimento: riscos para a saúde e o meio ambiente*. A revista pode ser acessada em www.cienciaesaudecoletiva.com.br 



ENDEREÇOS

Abrasco

Tel. (21) 2560-8999/ 8403

Email abrasco-socio@ensp.fiocruz.br

cienciaesaudecoletiva@fiocruz.br

Site www.abrasco.org.br

Editora Fiocruz

Tel. (21) 3882-9039 e 3882-9006

Email editora@fiocruz.br

Site www.fiocruz.br/editora

Núcleo de Estudos em Saúde Pública da Universidade de Brasília

Tel. (61) 3340-6863

Fax (61) 3349-9884

Email uticsnesp@unb.br

Site www.nesp.unb.br



PÓS-TUDO

"O Brasil precisa acordar para a prevenção"

Simplicidade e determinação caracterizam o trabalho da pediatra e sanitarista Zilda Arns Neumann, morta em janeiro no terremoto que assolou o Haiti — onde cumpria missão humanitária. Na entrevista que concedeu ao programa *Roda Viva*, da TV Cultura, em 2001, reprisada no dia seguinte ao de sua morte, e da qual a *Radis* transcreve alguns trechos a seguir, fica evidente o valor que dava ao fortalecimento das famílias e das comunidades, norte de suas ações. A partir de sua experiência à frente da Pastoral da Criança, que fundou em 1983 e que é considerada a maior organização não governamental do mundo, Zilda Arns traz na entrevista reflexões sobre participação comunitária, atenção básica, intersetorialidade e outras questões diretamente relacionadas à saúde pública.

PROMOÇÃO E PREVENÇÃO

Normalmente não se dá muito valor às coisas simples e também não se dá valor à promoção e à prevenção. É assim, tanto na área da saúde, quanto na de educação. Podemos avançar bastante. E, naturalmente, compete não só ao governo mas à sociedade, às próprias famílias, assumir seu papel. E a Pastoral da Criança se ocupa das famílias, para que saibam cuidar bem dos filhos.

VALORIZAÇÃO DAS COMUNIDADES

Formamos uma rede de solidariedade humana em cada bolsão de pobreza e miséria, e o protótipo, o propulsor do desenvolvimento são as próprias líderes que moram nessas comunidades. Melhorando o tecido social da liderança, nós expandimos isso para todas as famílias. (...) Temos que dar muito mais valor às comunidades e fazer sempre o agente de transformação que mora na comunidade ser a pessoa principal.

CAPACITAÇÃO DE LIDERANÇAS

Grande arte também é capacitar as lideranças. Nas microrregiões do país são 286 pontos, com pequenas equipes de capacitação. Pessoas que moram, muitas vezes, na comunidade ou perto, ou são profissionais, aposentados, a maioria ainda atuantes, que



FOTO: PASTORAL DA CRIANÇA

doam algumas horas por semana ou por mês capacitando essas lideranças, acompanhando. (...) Para fazer daquelas pessoas que não se sentem gente uma obra de arte, elas têm que ser trabalhadas.

SUS E DESCENTRALIZAÇÃO

O SUS melhorou de cinco anos para cá, com a descentralização, que é muito importante. O Brasil, enorme como é, com um serviço centralizado, ficaria impossível de se supervisionar. Ainda não funciona bem (...). Mas é descentralizado. Não só a verba, como também a parte de medicamentos, que era uma máfia nacional; a parte de cesta básica, que era um horror! O que se perdia no meio do caminho!... Uma corrupção! (...) Muito ainda não se produziu para o povo sentir, porque a qualidade, ela vai se construindo. Mas só a descentralização do SUS já foi extraordinária.

SIMPLES E BARATO

A Pastoral da Criança escolheu o que é simples, o que é barato e que dá para fazer em larga escala. Mas eu diria que a Pastoral não faz o trabalho sozinho. É uma rede, que faz tudo para que a própria família consiga cuidar da criança. Nós não atendemos a gestante, nem fazemos parto. O que a Pastoral faz? Cuida das gestantes para que sejam bem nutridas, para que nasça uma criança com mais de dois quilos e meio, que tenha mais força para mamar e resistir, e encaminha a mãe para o hospital, ficando lá com ela. É um sistema que se complementa. Eu diria que a Pastoral tem aquele calor humano, e aquele braço é o oxigênio que muitas vezes falta às famílias para procurar os recursos de que necessitam.

MORTALIDADE PERINATAL

A mortalidade perinatal é alta, depende das maternidades... Estive no Alto Solimões há três anos e uma gestante nossa morreu dentro do barco, na véspera de eu chegar, porque a criança estava em má posição, não nascia sozinha — e também morreu. Então, eu disse ao bispo Dom Alcimar Magalhães e ao prefeito: "Olha, é fácil terminar com isso. Faz uma casa de apoio às gestantes que moram longe. Para que esperar? São 10% que passam mal, mas, a gente nunca sabe quem são os 10%. Já fizeram casas. Temos uma em Uraçu, em Goiás, e outra no Rio Grande do Sul, e a coisa está pipocando, assim, em áreas distantes. Melhora muito. O Brasil precisa acordar para a prevenção, (...) cuidar bem da criança desde antes de nascer.

CONTRACEPÇÃO

A Pastoral da Criança procura educar as famílias de tal forma que, conscientemente, escolham o método que desejam. No interior do Maranhão, em Bacabal, falei para as mulheres sobre a reprodução humana, e, quando terminei, a dona Rita — nunca esqueço o nome dela — me abraçava e dizia assim: "Hoje é o dia mais feliz de minha vida, porque eu achava que ficava grávida quando lavava roupa no Rio São Francisco, em lua cheia". A multiplicação dos filhos se faz muito pela miséria do conhecimento também.

MULTIMISTURA

A multimistura aproveita tudo o que a gente jogaria fora, mas tem valor nutritivo. Usamos a multimistura agregada à farinha que se costuma comer no Norte, ou à farinha de mandioca, à farinha de milho, de trigo... Misturamos casca de ovo, riquíssima em cálcio, amendoim, soja, gergelim, girassol... O que tem na região procuramos misturar. (...) Quiseram nos maltratar por causa da multimistura, mas eu dizia assim: "Olhem, vocês encontram uma criança da Pastoral no hospital porque comeu multimistura? Não encontram! Agora, quantas crianças catam lixo e ninguém reclama?". (...) Todas as ações básicas ajudam. Se você dá multimistura, mas não vacina a criança, não educa a mãe, não vai adiantar. Temos que trabalhar o ser humano na sua dimensão humana, multiplicando o saber, a solidariedade, animando, fortalecendo. É isso que dá o resultado.



VIVER DIREITOS: ACESSO, EQUIDADE e CIDADANIA

VIII CONGRESSO BRASILEIRO
DE PREVENÇÃO DAS DST E AIDS

I CONGRESSO BRASILEIRO
DE PREVENÇÃO DAS HEPATITES VIRAIS

16 a 19 de junho de 2010
Brasília - DF

Informações: www.aids.gov.br/prevencao2010



DST-AIDS
HEPATITES VIRAIS

Ministério
da Saúde

